



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ATOrd 0000673-93.2017.5.17.0132
RECLAMANTE: MARIO DIAS DE ANDRADE E OUTROS (1)
RECLAMADO: SATH CONSTRUCOES LTDA

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO

Processo: 0000673-93.2017.5.17.0132

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) desta Vara do Trabalho de São Mateus/ES, por meio deste EDITAL, faz saber que entre os dias **01 de outubro de 2025, a partir das 16:00 horas, e 29 de outubro de 2025, até as 16:00 horas**, o Leiloeiro Oficial, Sr. **SUED PETER BASTOS DYNA**, devidamente nomeado nestes autos, levará a público, na rede mundial de computadores, pregão para alienação do bem abaixo descrito:

apartamento nº 202 do Edifício do "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ITANHANGÁ", construído no BLOCO "B" do Segundo Pavimento, constituído de uma sala, uma cozinha, uma área de serviço, uma circulação, um banheiro e dois quartos, com uma área útil de 48,68m², comum de 4,20m² e mais 10,35m² de uma vaga de garagem acessória no estacionamento, perfazendo uma área real de 63,23m² e fração ideal de 0,031095, situado na Rua Rosa Barbosa Dias, s/nº, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim/ES. Registrado sob a matrícula nº 3478 no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis da 2ª Zona de Cachoeiro de Itapemirim – Livro 2, ficha 01. Obs: O chão do imóvel está revestido com piso frio, o banheiro está azulejado e a cozinha, parcialmente azulejada. O imóvel se encontra em estado razoável de conservação. Avaliado em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

O leilão eletrônico deve observar a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça, conforme disposto no § 1º do art. 882 do CPC: "A alienação judicial por meio eletrônico será realizada, observando-se as garantias processuais das partes, de acordo com regulamentação específica do Conselho Nacional de Justiça". A regulamentação de que trata o § 1º do art. 882 do CPC foi editada em julho de 2016, com a Resolução CNJ nº 236/2016.

A plataforma eletrônica do leiloeiro deve estar aberta para recepção de lances no mínimo 5 dias antes da data designada para o início do leilão (art. 11 da Resolução CNJ 236/2016).

Não será aceito lance vil, nos termos do art. 891, caput e parágrafo único (50% do valor da avaliação). As propostas de arrematação em prestações, admitidas para imóveis e veículos, devem observar os termos do art. 895 do CPC.

O leiloeiro poderá vistoriar e, inclusive, fotografar o(s) bem(bens) penhorado(s) e o obstáculo criado pelo executado, nesse sentido, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, com as sanções legais cabíveis, inclusive multa, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis (art. 77, IV e §§ 1º e 2º do CPC).

O leiloeiro receberá, do arrematante, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance (parágrafo único do art. 884 do CPC c/c art. 24, parágrafo único, do Decreto 21.981/1932).

A comissão do leiloeiro não será devida nas hipóteses de anulação da arrematação e de resultado negativo da hasta pública (art. 903, §§ 1º e 5º, do CPC c/c §§ 1º e 2º do art. 7º da Resolução CNJ 236/2016). Será devida a mesma comissão (5%) nos casos de acordo ou remição após a alienação (§ 3º do art. 7º da Resolução CNJ 236/2016).

Nos casos de acordo, pagamento ou adjudicação que cancelem a realização de leilão já publicado, a comissão do leiloeiro será reduzida para 2% sobre o valor da avaliação do bem ou, sendo este muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta, conforme decisão do Juiz da execução, mantendo-se, em todo caso, o pagamento das despesas de que trata o art. 7º da Resolução CNJ 236/2016.

A arrematação é modalidade de aquisição originária do bem, cujas dívidas sub-rogam-se no preço (art. 130 do CTN e art. 908, § 1º, do CPC). O potencial arrematante deve verificar possíveis débitos do bem em consultas aos órgãos competentes como Prefeituras Municipais e condomínios.

Em se tratando de leilão eletrônico, regulamentado pelo CPC e pela Resolução CNJ 236/2020, o edital do leilão observará os critérios do art. 886 do CPC e será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) com pelo menos 5 dias de antecedência (art. 887 do CPC e art. 20 da Resolução CNJ 236/2016), bem como divulgado, pelo leiloeiro, na rede mundial de computadores.

Caso algum dos executados encontre-se em local incerto e não sabido, considerar-se-á intimado por meio da publicação deste edital (art. 889, parágrafo único, do CPC).

Publique-se.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, 08 de agosto de 2025.

JOSE NATAL CESCHIM
Assessor



Documento assinado eletronicamente por JOSE NATAL CESCHIM, em 08/08/2025, às 11:32:36 - 6d9fa19
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/25080811323088900000040467759?instancia=1>
Número do processo: 0000673-93.2017.5.17.0132
Número do documento: 25080811323088900000040467759